

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.553 - PR (2019/0215787-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : FELIPE GARCIA ALONSO
EMBARGANTE : LAURA BEIJAS PEDREIRO ALONSO
EMBARGANTE : JOB TERRIN JUNIOR
EMBARGANTE : RUTH TRESSO TERRIN
ADVOGADOS : SEBASTIÃO DA SILVA FERREIRA - PR011551
MÁRCIO PEREIRA DA SILVA - PR025818
VANESSA DE SOUZA MELO - PR051963
EMBARGADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : GILBERTO PEDRIALI - PR006816
MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS -
PR016440
LUCAS DOS ANJOS RIBEIRO - PR081227

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FELIPE GARCIA ALONSO e OUTROS à decisão proferida por este signatário, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 628):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LEGALIDADE DA COBRANÇA. LIMITAÇÃO A 12% AO ANO, EM RAZÃO DA OMISSÃO DO CMN. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. LEGALIDADE DE COBRANÇA DE IOF. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM, PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO. ERRO GROSSEIRO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Sustenta a parte embargante ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando

Superior Tribunal de Justiça

omissão no julgado, ao argumento de que não foram analisados todos os pontos trazidos no recurso especial que propiciariam seu provimento.

Impugnação às fls. 642-645 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou contradição a ser sanada, portanto inexistentes os requisitos para cabimento dos presentes embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022 do novo CPC.

A decisão monocrática embargada dirimiu a questão com base em fundamentação sólida, sem omissões ou contradições. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, o que de fato ocorre nos autos. O *decisum* embargado esclareceu a controvérsia, apontando fundamentação consistente, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas apresentou fundamentos diferentes dos pretendidos pela parte.

Dito isso, cabe rememorar que os ora embargantes, em desfavor do acórdão proferido pelo TJPR, interpuseram recurso especial (fls. 170-178, e-STJ), o qual não foi admitido (fls. 186-187, e-STJ), ensejando o manejo do agravo em recurso especial (fls. 190-204, e-STJ), do qual se conheceu para negar provimento ao recurso especial.

Nas razões do recurso especial, os insurgentes trouxeram as seguintes alegações: (i) nulidade da cláusula contratual que alterou os juros incidentes sobre o empréstimo rural efetuado pelos recorrentes de 5,5% para 12% ao ano, ocasionando excessiva onerosidade aos recorrentes; (ii) os juros inicialmente contratados devem prevalecer por todo o período de contratação, inclusive por ocasião da prorrogação do vencimento do referido empréstimo; e (iii) impossibilidade de cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações sucessivas e continuadas, como no caso em apreço.

Na decisão embargada, reconheceu-se: a) que a questão acerca da legalidade da cobrança de IOF no empréstimo em análise foi decidida na Corte estadual em

Superior Tribunal de Justiça

conformidade com precedentes firmados pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo, motivo pelo qual não mereceu conhecimento no ponto, por tratar-se de recurso incabível, e que a irrisignação da parte com a decisão de admissibilidade proferida pela Corte de origem deve se dar por meio de agravo interno, nos termos do art. 1.021 do CPC/2015; e b) aplicação da Súmula 83/STJ, tendo em vista a decisão recorrida encontrar-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte, não sendo constatada abusividade na taxa de juros cobrada pela instituição financeira, pois a taxa de juros nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial submetem-se a regramento próprio (Decreto-Lei n. 167/1967, Decreto-Lei n. 413/1969 e Lei n. 6.840/1990), que confere ao Conselho Monetário Nacional – CMN o dever de fixar os juros a serem praticados. Caso haja omissão desse órgão, adota-se a limitação de 12% ao ano prevista no Decreto n. 22.626/1933.

Desse modo, ainda que a solução tenha sido contrária à pretensão dos ora embargantes, não se pode negar ter havido efetivo enfrentamento e resposta aos pontos controvertidos.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso. 2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC. 3. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015 é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AREsp 909.718/MT, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão,

Superior Tribunal de Justiça

Quarta Turma, julgado em 14/2/2017, DJe 20/2/2017)

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/15. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1022 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou correção de erro material. 2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 84.239/AC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 24/2/2017).

Dessa forma, a decisão embargada não possui vício a ser sanado por meio dos embargos de declaração, apenas se constata o nítido caráter modificativo pretendido pela parte embargante, medida inadmissível nesta espécie recursal.

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada e fundamentada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator